

## ELITES E HISTORIOGRAFIA: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Luiz Domingos Costa

Julio Cesar Gouvêa

Na introdução de seu trabalho sobre a elite política imperial brasileira, José Murilo de Carvalho (2003, p. 20) comentou: “Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel [das elites], seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia”. Tal afirmação refere-se a uma certa resistência, ora maior, ora menor, aos estudos de elites políticas na historiografia e nas Ciências Sociais no Brasil.

De fato, a proeminência adquirida pelos estudos que creditam às elites o papel de ator político (e, em certa medida, de “ator histórico”) fundamental, ao longo do século XX, foi responsável pelo advento de inúmeros trabalhos e perspectivas críticas a esse tipo de narrativa (GRYNSZPAN, 1996; BOBBIO, 2002).

A simplificação de um rico debate teórico ocorrido nas Ciências Sociais e na História<sup>1</sup> em torno dos modelos de análises centrados nas elites gerou, com o passar do tempo, resistência aos novos estudos sobre elites e ao diálogo com esse tipo de trabalho. Para muitos autores, hoje em dia, o recurso às elites para investigar qualquer dimensão da nossa história muitas vezes é o indício de que algo está errado na análise. As críticas são diversas. De um lado, partem os apontamentos de que o conjunto de trabalhos situados nesse *front* faz um recorte que desconsidera ou dá pouco peso à outra ponta da realidade social, ou seja, à vida sócio-política dos “de baixo”, aos movimentos sociais, ao associativismo ou a qualquer que seja a manifestação situada fora do universo das elites. De outro lado, o argumento de que o estudo das elites é uma continuação da genealogia da Teoria das Elites, fundada sobre pressupostos por vezes morais dos elitistas clássicos (Pareto, Mosca e Michels). Portanto, não raro, os estudiosos que tomam as elites como objeto são tachados de “elitistas” em um sentido pejorativo, como se tivessem uma inclinação para explicar a história, a política ou a sociedade única e exclusivamente pelos feitos dos “grandes homens”. Entretanto, críticas como essas são, via de regra, desprovidas de conteúdo sociológico, tocando em pontos cegos ou em opções opostas de encarar a realidade, abstando-se de um debate mais sistemático, interno e metodológico sobre questões e problemas que devem ser confrontados do ponto de vista conceitual e empírico.

Talvez o ponto menos considerado pelos críticos é exatamente aquilo que mais se tem observado nas últimas décadas: o refinamento metodológico adquirido pelos estudos sobre elites desde a década de 1960. Nesse contexto, a coletânea organizada por Flávio Madureira Heinz, sob o título de *Por outra história das elites*, é uma importante contribuição justamente por enfatizar as dimensões metodológicas dos estudos de elites. A partir de um registro historiográfico – que não se furta a diversas alusões às Ciências Sociais – o livro oferece ao leitor um conjunto de possibilidades analíticas surgidas mediante a aplicação da metodologia das *biografias coletivas* a grupos de elites. Além disso, trata-se de importante contribuição para esse campo do conhecimento no Brasil, visto que até então não havia trabalhos publicados em português que dessem um tratamento mais detido aos aspectos internos a essas análises.

O livro é composto por duas partes: uma primeira, com três capítulos, dedicada ao balanço dos estudos historiográficos de elites e aos seus aspectos metodológicos, e uma segunda parte, composta por seis estudos monográficos sobre diversos grupos de elites de diferentes locais e em diversos momentos históricos.

Antes dessas duas partes há uma introdução geral do organizador que ilustra bem o espírito do livro: retirar a carga moral ou normativa típica do termo “elite”, procurando atribuir-lhe um significado mais sociológico, de modo a enfatizar as vantagens decorrentes de um conceito desprovido de quaisquer que sejam as valorações

---

<sup>1</sup> Nas Ciências Sociais, por exemplo, os debates entre autores marxistas e elitistas e entre diversos tipos de modelos elitistas (como o “elitismo monista” *versus* o “elitismo pluralista”). Na História, sobretudo os debates em torno da Revolução Francesa. Para resumos desses debates, conferir Bobbio (2002) e Hunt (2007), respectivamente.

normativas: “as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar ‘quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes’” (HEINZ, 2006, p. 8). Tal perspectiva, somada ao recurso metodológico das biografias coletivas, foram os responsáveis pelo grande sucesso desse tipo de pesquisa entre os historiadores. Essa combinação possibilitaria, segundo o autor, realizar “uma análise mais ‘fina’ dos atores situados no topo da hierarquia social, [permitindo compreender] a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade”. Assim, os “historiadores fazem sociologia no passado” (*idem*, p. 8-9). Portanto, ao retirar a carga normativa presente no termo “elite” e ao somar a metodologia das biografias coletivas, o estudo das elites pode oferecer um *ponto de partida* muito profícuo para a pesquisa histórica.

Essa perspectiva é familiar àquela adotada nos dois capítulos de Christophe Charle que abrem o livro e a primeira parte (“História das elites e método prosopográfico”), um dedicado ao inventário da historiografia desde meados da década de 1960 e outro dedicado aos aspectos metodológicos da prosopografia. No primeiro deles, bastante informativo da evolução dessa literatura (sobretudo francesa), é interessante perceber como a passagem de uma etapa à outra marca mudanças metodológicas importantes: mudam os tipos de recortes espaciais (em termos de tamanho dos universos e dos grupos sociais entendidos como elites) e temporais, havendo uma redução dos períodos analisados. Mas entre as diferentes etapas também se verificam distintas ênfases nas questões tratadas, ora mais políticas, preocupadas com os regimes políticos, ora mais sociológicas, preocupadas com problemas de mobilidade social ou reconversão de grupos sociais.

O que se destaca, entretanto, é como essa perspectiva de estudos de elites pretende-se ao mesmo tempo precisa (dotada de consistência científica) e suficientemente aberta para ser utilizada em diversos tipos de investigações. Vale dizer, uma definição genérica de elite (conforme apresentada acima) é o que lhe confere utilidade, no sentido de ser consideravelmente aberta para o estudo de diversos tipos de elites (sociais, políticas, culturais, sindicais). Paralelamente, pode ser empregada mediante critérios claros, levando a recortes bem definidos que acabam conferindo consistência empírica à análise. Tal abordagem permite um tratamento sociológico das elites, enfocando os condicionantes sociais e políticos de sua constituição. Seria uma abordagem que não deixa perder de vista o contexto sócio-histórico nas quais se inserem, por um lado, e que se afaste a visão elitista que enfatiza o seu papel enquanto ator histórico primordial, por outro<sup>2</sup>.

A elaboração e o aprimoramento da metodologia das biografias coletivas – ou prosopografia<sup>3</sup> – fez que a abordagem se tornasse mais sistemática e padronizada. A definição de Christophe Charle demonstra bem isso: “Seu princípio consiste em definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise” (CHARLE, 2006, p. 41).

Além disso, com o advento da computação estatística foi possível um avanço considerável no tratamento dos dados, ampliando o cruzamento de dados e as comparações com outras análises. Esses fatos tiveram como desdobramento um acúmulo maior de conhecimento sobre os grupos históricos na segunda metade do século XX.

Pode-se dizer, então, que o primeiro ponto interessante do livro é associar de uma forma muito sugestiva e didática uma conceituação mais ou menos ampla ou “aberta” de elite e a metodologia das biografias coletivas. Cabe observar, antes de entrarmos nesse ponto, que tal associação, proposta nos termos do fornecimento de um caminho, de proposições para pesquisadores que venham a trilhar uma pesquisa sobre elites, adquire especial importância no contexto acadêmico brasileiro, no qual há uma lacuna flagrante em i) material documentado e abundante sobre as elites políticas, econômicas ou intelectuais; ii) uma tradição ou uma lista razoável de estudos sobre as elites nacionais; e, como consequência da segunda, iii) um debate mais refinado sobre o

---

<sup>2</sup> É uma perspectiva muito parecida com alguns estudos de elites que ficaram conhecidos no Brasil, tais como Miceli (1986) e Carvalho (2003).

<sup>3</sup> Que teve a formulação de referência feita por Lawrence Stone: “investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas” (Stone *apud* HEINZ, 2006, p. 9). O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular uma série de questões padronizadas.

rendimento e os limites deste tipo de estudo para as Ciências Sociais e a História.

Outras idéias interessantes ainda são dignas de observação. Uma delas é um eventual viés presente em algumas fontes biográficas (oficiais, memoriais ou afins), que poderia expressar-se nas conclusões sobre os grupos analisados. Entretanto, Charle afirma que o método não pode ser usado sem medida e ser o fim último da análise histórica, devendo haver um esforço de cotejo com outras fontes e de uma contextualização desses dados dentro de processos históricos mais amplos<sup>4</sup>. Além disso, como nesse tipo de pesquisa o pesquisador tem um controle muito elevado sobre a formulação do universo e das questões utilizadas, deve ter igual capacidade de controlar e testar as fontes disponíveis.

Há também um argumento em favor das prosopografias comparadas, procurando testar modelos de análises feitas em lugares distintos e permitindo que se inicie alguma generalização em torno das questões observadas sobre as elites de diversos locais.

Pesquisas empíricas que colocam em prática essa metodologia são os objetos dos capítulos presentes na segunda parte do livro (“Ensaio prosopográfico”), a começar pelo artigo de Joseph Love e Bert Barickman (“Elites regionais”), que realiza uma junção de três trabalhos sobre as elites políticas regionais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco no período 1889-1937<sup>5</sup>. Em um esforço de incorporar novas questões aos dados coletados nos fins da década de 1960 e começo da de 1970, aparece um interessante exercício de comparação entre as elites políticas dos três estados, por um lado, e de análise conjunta dos três grupos (que os autores denominam de “elite ampliada”), por outro lado. Tal procedimento permite, ao final do texto, algumas comparações com dados a respeito de elites políticas nacionais de diversos países, que apontam para a realização da sugestão de Charle a respeito da prosopografia comparada.

O trabalho seguinte, “A elite nacional”, da autoria de Michael L. Conniff, é uma tentativa de realizar uma análise longitudinal dos ocupantes de cargos executivos no Brasil no período 1930-1983, mediante uma amostra de 5% de verbetes do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Em que pese certa ausência de detalhes sobre os procedimentos adotados para a composição da amostra, o texto demonstra algumas mudanças ocorridas no perfil de parcela da elite política brasileira com o passar dos regimes políticos e com o aumento do eleitorado ao longo do período. Atesta, por exemplo, que essa elite passou a ter sua base de recrutamento mais diversificada, abrindo espaço para os estratos sócio-econômicos médios, indicando uma lenta diversificação da base social da elite e também uma profissionalização maior da atividade política.

O capítulo de Heinz já se destina a analisar um outro tipo de elite: os dirigentes sindicais da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Rural Brasileira entre 1930 e 1960. É um capítulo que lança luz sobre as identidades profissionais, os vínculos regionais e os laços sociais entre os seus membros, bem como essas dimensões conectam-se com a organização e com a representação política de interesses privados.

Marcela P. Ferrari traz um perfil das elites políticas da província de Córdoba durante o período de 1916-1930. Ao traçar, de maneira muito integrada e inteligível, o perfil educacional, profissional e de trajetória política desse grupo, a autora demonstra que, por mais que o recrutamento dê-se em determinados “nichos” da sociedade, isso não é o suficiente para entender o surgimento desses atores no universo político-institucional. Assim, argumenta, na corrente de uma vasta literatura da Sociologia Política<sup>6</sup>, que a inserção política prévia (a militância partidária e a influência regional) são momentos de fundamental importância para o acesso e o tráfego em meio às instituições políticas mais disputadas.

O trabalho seguinte reporta-se a uma elite política em nível municipal. Trata-se do estudo de Paul-André Linteau a respeito da representação política em Montreal. O autor destaca a confluência dos fatores que

<sup>4</sup> Nesse sentido, Miceli sustenta que uma utilização crítica desses vieses presentes nas fontes biográficas deve servir para uma análise da expressão de poder de determinados grupos no interior do Estado e da sociedade (MICELI, 2001, p. 346).

<sup>5</sup> Cabe notar que as pesquisas originais que embasam esse trabalho (WIRTH, 1977; LEVINE, 1978; LOVE, 1982) figuram como três trabalhos consagrados dos estudos “regionalistas”, que procuram interpretar os problemas da federação mediante os estudos das dimensões sociais, econômicas e políticas dos estados. As descrições das elites nesses contextos ocupam papel central nas análises. Esses três trabalhos partilham de questões comuns e uma metodologia muito próxima (quase idêntica). Ademais, os três brasilianistas fizeram as pesquisas praticamente de maneira conjunta, durante o mesmo período e com um esforço de coordenação integrada (cf. HEINZ, 2003, p. 181).

<sup>6</sup> Sobretudo autores como Giddens (1974), Putnam (1976) e Norris (1997).

levaram a graduais mudanças no perfil dos políticos dessa cidade, analisando as variáveis étnicas e lingüísticas, ao lado de transformações ocorridas com o advento da industrialização e da formação do sindicalismo operário.

Por fim, o capítulo que fecha a coletânea é uma análise dos redatores-chefes de jornais de Quebeque entre 1850 e 1920. Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre demonstram como as mudanças ocorridas no interior dos organismos de imprensa – a intenção de retirar o caráter político dos órgãos de imprensa, transformando-os em produtores de notícias para a sociedade como um todo – foi responsável pela profissionalização das cúpulas das redações, as quais passaram a ser ocupadas não por seus proprietários, mas por jornalistas com experiência. Mostra também que, ainda que essa reorganização tivesse como foco a profissionalização e a diferenciação da esfera da imprensa em relação às demais esferas sociais, as conexões com o mundo político não deixaram de existir, visto que esses dirigentes não raro passavam a ocupar cargos públicos.

Olhando os trabalhos em perspectiva comparada, dois aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, os tipos e os recortes de universos estudados variam entre os autores, o que se coaduna com uma visão mais genérica de elite, abrindo possibilidades para o estudo de grupos situados mesmo fora das esferas do poder formal. Em segundo lugar, a convergência nos repertórios de questões utilizados para traçar os perfis das elites. Aqui, vemos que praticamente todos os artigos, mesmo tratando de universos muito diferentes, lidam com variáveis e indicadores muito parecidos e, em alguns casos, iguais. Variáveis como origem social, carreira política e carreira profissional estão presentes em todos os ensaios prosopográficos. Essas variáveis são compostas por indicadores muito variados (local de nascimento, nível de escolaridade, formação escolar, ocupação e atividade política), que dependem do tipo de universo e do escopo de questões levantadas. Quando é o caso, aparecem origem étnica, mobilidade geográfica, filiação partidária e cargos políticos ocupados<sup>7</sup>.

De um ângulo mais geral, o livro organizado por Heinz é bastante ilustrativo das dificuldades técnicas e dos detalhes inerentes aos estudos prosopográficos de elites. Também apresenta uma grande quantidade de informações catalogadas e sistematizadas sobre diversos tipos de elites (nacional, regional, municipal, profissional, sindical) situadas em pontos distintos no tempo e espaço. Isso não é pouco, principalmente para aqueles que se defrontam com a ausência de dados sistemáticos sobre os agentes sociais em seus estudos.

Não obstante, essas vantagens não são utilizadas de maneira satisfatória para uma abordagem mais abstrata, que seja capaz de enfrentar questões teóricas mais sofisticadas e que sabemos permear esse tipo de trabalho. Assim, ao surgir como uma abordagem alternativa a conceitos e explicações baseados em “grandes contingentes (operariado, camponeses, burguesia)” (CHARLE, 2006, p. 43), os estudos de elites devem incorporar as questões teóricas que seus resultados ensejam. Há passagens que indicam tais questões, mas que foram apenas enunciadas de modo sumário. Com algumas exceções muito pontuais, os artigos desconsideram problemas teóricos fundamentais, tais como a relação entre elite política e classe economicamente dominante.

Christophe Charle aponta em uma nota de rodapé (*idem*, p. 22) que tem outros trabalhos em que sustenta uma utilização “pragmática” do conceito de elite, sem que isso descarte as análises em termos das classes sociais. Essa é uma dificuldade conceitual e teórica que ainda não foi muito bem debatida: como unificar de maneira correta duas perspectivas tão distintas do ponto de vista de suas matrizes teóricas?

Isso é particularmente evidente em análises que procuram relacionar transformações na estrutura social e mudanças de regime político. A perspectiva classista por vezes tem dificuldades para explicar problemas de natureza mais conjuntural, creditando as causas últimas de eventos políticos às posições das classes no processo de produção, obscurecendo os nexos históricos entre as classes (elemento teórico) e os fatos políticos concretos. De outro lado, explicar as mudanças políticas a partir somente do “voluntarismo” das elites seria uma ingenuidade e uma recusa de considerar-se os traços estruturais da sociedade. Esse tipo de problematização passa ao largo da maioria dos capítulos do livro.

Por exemplo, em seu capítulo, Love e Barickman argumentam em favor da tese da homologia das elites políticas e da classe economicamente dominante, sustentando que a maioria da elite política brasileira era

---

<sup>7</sup> Aqui, os trabalhos enquadram-se perfeitamente na tradição dos estudos de elites: traçar um perfil básico dos seus membros, como origem regional, de estratos sociais e progressão profissional, combinado com questões mais particulares, dependentes das especificidades dos objetos e das questões de cada estudo.

recrutada entre famílias proprietárias ou mantinham com elas fortes laços sociais. Tal argumento tem implicações teóricas de tamanha grandeza que talvez merecesse uma apresentação menos sintética.

De qualquer forma, o livro convida-nos para o estudo sistemático das elites nas sociedades do passado e do presente. Como se viu, tal perspectiva tem a vantagem de ser extremamente rigorosa do ponto de vista metodológico. Entretanto, ao sugerir mais atenção para os problemas de constituição e morfologia dos grupos, tal abordagem corre o risco de ser refém de uma “sociografia” dos grupos sociais, fechada em uma análise que não se permite o exercício sociológico do teste de teorias à luz de pesquisas empíricas. Não se pode perder de vista que uma Sociologia empírica dos grupos sociais deve servir de base justamente para uma problematização conceitual e teórica geral na qual está inserida.

Luiz Domingos Costa (ldomingosc@uol.com.br) é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Julio Cesar Gouvêa (jgouvea@gmail.com) é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO**, N. 2002. Teoria das elites. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília : UNB.
- CARVALHO**, J. M. 2003. *A construção da ordem : a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- CHARLE**, C. 2006. História das elites e método prosopográfico. In: HEINZ, F. M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.
- GIDDENS**, A. 1974. Preface. Elites in the British Class Structure. In : STANWORTH, P. & GIDDENS, A. (eds.). *Elites and Power in British Society*. Cambridge : Cambridge University.
- GRYNSZPAN**, M. 1996. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-84.
- HEINZ**, F. M. 2003. Entrevista com Joseph L. Love. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 165-177. Disponível em : <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/357.pdf>. Acesso em : 16.abr.2007.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2006. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.
- HUNT**, L. 2007. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo : Companhia das Letras.
- LEVINE**, R. M. 1978. *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford : Stanford University.
- LOVE**, J. L. 1982. *A locomotiva : São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- MICELI**, S. 1986. Carne e osso da elite política brasileira. In : FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. 3ª ed. São Paulo : Difel.
- \_\_\_\_\_. 2001. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In : \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo : Companhia das Letras.
- NORRIS**, P. 1997. *Passages to Power*. Legislative Recruitment in Advanced Democracies. Cambridge : Cambridge University.
- WIRTH**, J. D. 1977. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford : Stanford University.